

Entre lembranças e esquecimentos: reflexões sobre a presença de memórias indígenas em museus de história local

Between memories and forgetfulness: reflections on the presence of indigenous memories in local history museums

Leilane Patricia de Lima*

Palavras-chave:
Memórias
Museus
Questão indígena

Resumo: Neste texto, destaco alguns aspectos sobre o conceito de memória coletiva, apresentando reflexões sobre sua importância em museus, com ênfase nas discussões sobre o lugar ocupado pela questão indígena nos museus brasileiros constituídos no século XIX. Em seguida, direciono o debate para um assunto mais específico, procurando responder quais memórias indígenas estão presentes em museus de história local. Neste artigo, o recorte particular contempla exposições visitadas, entre os anos de 2015 e 2017, em municípios no oeste do estado de São Paulo e no norte do estado do Paraná. A análise deste universo museológico específico demonstrou que, de diferentes formas, as memórias indígenas estavam colocadas (ou não) nas exposições. Demonstrou, também, que, quando presentes em alguns dos museus investigados, as memórias sobre os indígenas não os apresentavam como sujeitos participantes e realizadores de processos históricos.

Keywords:
Memories
Museums
Indigenous issue

Abstract: In this text I highlight some aspects about the concept of collective memory, presenting reflections on its importance in museums, with emphasis on discussions about the place occupied by the indigenous issue in Brazilian museums established in the nineteenth century. Then, I direct the debate to a more specific subject, trying to answer which indigenous memories are present in local history museums. In this article, the particular clipping contemplates exhibitions that were visited in municipalities located in the west of the state of São Paulo and in the north of the state of Paraná, between the years 2015 and 2017. The analysis of this specific museological universe demonstrated that, in different ways, indigenous memories were placed (or not) in the exhibits. It also demonstrated that, when present in some of the museums investigated, the memories about indigenous people do not present them as subjects participants and realizers of historical processes.

Recebido em 03 de julho de 2023. Aprovado em 07 de agosto de 2023.

Introdução

Nos últimos anos vêm sendo testemunhados inúmeros atos de resistência, protagonizados por povos indígenas. Exemplos disso foram as manifestações ocorridas em Brasília (ao longo de 2021), quando milhares de indígenas protestaram contra o PL 490/07, no qual um dos objetivos é modificar o processo de demarcação de terras indígenas com a instituição do marco temporal. De acordo com a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), a tese do marco temporal afirma

que apenas teriam direito à demarcação os povos indígenas que possuísem as terras em 05 de outubro de 1988, data em que foi promulgada a Constituição do Brasil.¹

Mais recentemente, assistiu-se, em 2023, à tragédia humana na Terra Indígena Yanomami, nos estados brasileiros do Amazonas e de Roraima. Informações e dados reunidos pelo Instituto Socioambiental (ISA) apontaram que as razões dessa tragédia foram a desestruturação da assistência à saúde indígena e a invasão garimpeira, responsável, esta, por uma série de impactos sanitários,

* Pesquisadora de pós-doutorado sênior – CNPq (2023), no Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (MAE-USP). E-mail: leilaneplima@gmail.com

ambientais, socioculturais e econômicos sobre as comunidades². No atual momento da história do Brasil, marcado por uma política anti-indígena e antiambiental, percebeu-se o quanto – aos olhos de uma parcela da população brasileira –, a imagem de outro modo de vida continua remetendo ao isolamento, ao passado, a não humanidade (ROSSE; TUGNY; BELISÁRIO, 2023, p. 8).

Os projetos de silenciamentos, exclusões e diferenciações dos povos indígenas não são novos na história do Brasil³. Diante disso, proponho apresentar, neste artigo, algumas reflexões sobre o lugar que a questão indígena ocupa em museus de história local, particularmente em exposições de longa duração. O ponto de partida para o assunto aqui tratado foi uma análise de um dado universo museológico, delimitado regional e temporalmente, isto é, museus no oeste do estado de São Paulo e no norte do estado do Paraná, museus estes que foram visitados entre os anos de 2015 e 2017⁴. A partir de constatações decorrentes dessa experiência, procurei refletir sobre a presença, ou a ausência, de memórias indígenas nesses espaços museológicos, buscando articulá-las ao debate sobre o conceito de memória, tanto nacional quanto local.

Tais reflexões, longe de pretendidas como conclusivas, são elementos que podem ajudar a pensar a importância fundamental de os museus de história local legitimarem outras narrativas que valorizem, também e especialmente, a participação dos povos indígenas como sujeitos nos processos de constituição e continuidade das histórias locais.

Aspectos sobre a memória

A memória consiste na capacidade de registrar, manter e preservar informações, conhecimentos e experiências, sendo possível também a sua transmissão a outras pessoas, por meio de diferentes suportes. A memória individual é aquela guardada pelo indivíduo. Essa memória refere-se às informações, aos conhecimentos e às experiências de uma pessoa.

Há, no entanto, diferentes categorias de memórias; assim, outra dessas categorias também merece ser mencionada neste artigo. No ano de

1950 foi publicada, postumamente, a obra do sociólogo francês Maurice Halbwachs, denominada *A Memória Coletiva*. Nessa obra, o autor chamou a atenção para o fato de que mesmo as memórias individuais resultam de diferentes combinações, influências sociais e articulações dos grupos nos quais os indivíduos estão inseridos, por exemplo, a família, a escola, a igreja, o trabalho, os amigos. Nesse aspecto, conforme Halbwachs (1990, p. 55) a memória individual não estaria completamente isolada e fechada, pois o indivíduo que lembra está envolvido e inserido em grupos de referência⁵.

A memória, nesse sentido, não deve ser entendida somente na sua perspectiva individual. Ela também pode ser observada na sua perspectiva coletiva, sempre sujeita a transformações, mudanças e ressignificações (HALBWACHS, 1990; POLLAK, 1992, p. 2). A memória coletiva seria o conjunto de lembranças articuladas e situadas, no tempo e no espaço, em quadros sociais comuns (SCHMIDT; MAHFOUD, 1993, p. 291). Seus elementos constituintes seriam acontecimentos, personagens e lugares, conhecidos direta ou indiretamente ou projetados por outros eventos (POLLAK, 1992, p. 3). Várias memórias coletivas podem coexistir, relacionando-se de diferentes maneiras.

A memória coletiva tem poder de selecionar, eleger, ressignificar e requalificar o passado porque ela não só está assentada na tradição, mas também a dinamiza. Conforme assinalou Pollak (1989, p. 10), isso significa fornecer quadros e pontos de referências para as pessoas, uma vez que a memória se enraíza no concreto, no gesto, no espaço, no objeto (NORA, 1993, p. 9). A memória coletiva tem condições de estabelecer conexões entre o passado e o presente, de forma contínua e unitária, sem deixar transparecer quebras, rupturas, podendo, assim, esta memória, desempenhar um papel duplo nos processos históricos, de um lado, preservando o valor do passado para os grupos sociais e, de outro, sendo a guardiã de objetos culturais para o futuro (SCHMIDT; MAHFOUD, 1993, p. 292-294). Todavia, assim como seleciona e elege, a memória também esquece e descarta, porque não há memória sem esquecimento, razão pela qual, segundo Pollak

(1989, p. 8) há memórias indizíveis, subterrâneas e proibidas.

Em síntese, a memória coletiva é caracterizada como seletiva, dinâmica e vivente, como construção e reconstrução, como fator social. Está ligada ao passado, mas ocorre no presente. Nora (1993, p. 9) afirmou que a memória é sempre carregada por grupos vivos. Nesse sentido, está aberta tanto a transformações quanto a flutuações, além de vulnerável a usos e manipulações, estando relacionada ao mito, à ideologia e ao poder. A memória emerge do grupo que se une em torno dela.

A memória coletiva tem relação direta com a constituição de identidades, de sentimentos de pertença e de fronteiras sociais entre coletividades de tamanhos diferentes, sejam elas grupos sociais ou políticos, ou organizações, clãs, famílias, cidades e nações. A noção de que os coletivos têm memória resultou em transformações sobre o papel dos indivíduos na sociedade e de sua relação com o coletivo. De acordo com Nora (2009, p. 9), resultou também na emergência de algo a mais: a identidade. Dito de outro modo, a própria noção de identidade, antes também individual, transformou-se em coletiva, como uma categoria de grupo, uma forma de definição externa.

Dos aspectos iniciais apresentados sobre memória, é possível afirmar que ela tem lugar cativo no museu. A esse respeito, Nora (1993, p. 13) destacou a existência de “lugares de memória” que nascem e vivem do sentimento de que não há memória espontânea. Para este autor, museus, arquivos, calendários, e monumentos são testemunhos de outra era, são bastiões nos quais a memória se escora. Particularmente, os museus são pontos agregadores da memória, em seu aspecto material, simbólico e funcional⁶. E Vieira (2017, p. 142) complementa essa ideia ao considerar os museus como espaços dedicados à compreensão entre o que lembrar e o que esquecer em sua dinâmica com as experiências coletivas.

A trajetória histórica dessas instituições – desde as coleções privadas às de domínio público – revela-nos que os museus constituídos a partir do século XVIII, e multiplicados no século XIX, eram

espaços de instrução e representação de valores culturais e morais da nação, tendo as funções de educar o indivíduo, estimular o seu senso estético e afirmar o nacional (CHAGAS, 2002, p. 50-51). Essas poderosas instituições de memória, reconhecidas como espaços de saber e esclarecimento, escolhiam e organizavam o que seria conhecido (e também o que seria esquecido).

Os chamados museus nacionais estariam umbilicalmente ligados a uma das formas mais completas de organização coletiva da memória: a memória nacional (POLLAK, 1989, p. 3). Essa memória seria constituída não pela soma de memórias coletivas, mas, sim, por uma memória unificada e integradora da nação, composta por uma narrativa harmônica e pacífica, desprovida de conflitos e de problemas. A memória nacional ocupou papel fundamental na organização tanto dos Estados Nacionais, quanto das identidades nacionais e das culturas nacionais (MENESES, 1992, p. 15). Nesse sentido, os museus nacionais foram constituídos como guardiões da memória e difusores dos protótipos de Estados Nacionais, junto a Institutos, Bibliotecas e Arquivos nacionais.

O modelo de museu como lugar de representação da nação propagou-se na Europa, ao longo do século XIX. Esses museus europeus modernos estabeleceram cronologias históricas, lineares e evolutivas desde um passado mítico até o tempo presente de cada país, a partir de coleções de caráter antropológico, histórico ou artístico, de origem nacional (SANTOS, 2000, p. 279).

Assim, tais instituições fabricaram as culturas nacionais europeias e as identidades nacionais brancas, civilizadas e modernas. As somas de símbolos, imagens, objetos, cenários, e eventos nacionais deram sentido a essas comunidades imaginadas, devotadas às memórias – selecionadas – do passado, e ao desejo de perpetuar a herança e a tradição nacionais (HALL, 2006, p. 52).

Em contraponto e com base, sobretudo, no evolucionismo cultural⁷, procurava-se expor, nos museus europeus, não somente as riquezas das nações mas também o poder e o domínio sobre outras partes do mundo colonizado. Por conseguinte, muitas dessas instituições foram

consolidadas por grandiosas coleções recolhidas de outros lugares. Dessa forma, esses templos da memória nacional promoveram a diferenciação dos povos não europeus – considerados inferiores, exóticos, primitivos, bárbaros, selvagens – difundindo narrativas textuais e imagéticas classificatórias, hierarquizantes, hegemônicas e totalizantes (KOK, 2018, p. 5).

Na América Latina, os museus também foram usados para alimentar o projeto identitário das jovens nações (MENESES, 1993, p. 212). Tais instituições foram terrenos férteis para a manipulação de memórias coletivas, investindo em discursos e em produções simbólicas articuladas não só a fatos históricos mas também às figuras dos heróis – estrategicamente escolhidos como vultos das histórias nacionais –, sempre em detrimento dos povos indígenas (KOK, 2018, p. 6-7), vistos como seres associados à natureza ou como criaturas inferiores, desprovidas de um legado cultural.

De modo particular, no Brasil, especialmente no regime imperial, a construção de uma identidade nacional envolveu esforços para conectar a monarquia brasileira ao passado. Assim, o pensamento brasileiro em relação aos povos indígenas foi marcado por uma contradição. Ao mesmo tempo em que se buscava guerrear contra os povos indígenas, buscava-se também um passado comum, com o objetivo de encontrar a identidade da jovem nação brasileira (MONTEIRO, 2001, p. 130). Nas palavras de Santos (2000, p. 280-281),

[...] durante o período imperial, ou pelo menos até a década de 70, o romantismo foi capaz não só de tornar idílico o indígena, mas também de valorizar a natureza e celebrar a tradição europeia. Mais do que uma corrente literária, o romantismo pode ser compreendido como um movimento presente na representação do Brasil, simultaneamente clássico, universal e particular. [...] Há, durante o Império, a tentativa de vincular a monarquia brasileira ao passado, ou seja, à tradição europeia e à visão heroica dos indígenas, tentativa esta que se esgota com o fim do próprio Império. O passado está presente, seja na idealização heroica dos guerreiros

tupis e guaranis, seja no vínculo com as tradições monárquicas europeias. A monarquia nos trópicos se constituiu a partir de um amálgama entre o velho e o novo mundo.

Foi no contexto do século XIX que os primeiros museus brasileiros surgiram, estruturados em coleções e, aos moldes europeus, com vocação enciclopédica, classificatória e evolutiva. Essas primeiras instituições foram criadas pela elite nacional como centros de pesquisa, voltados, sobretudo, às Ciências Naturais, uma vez que, para os europeus, a maior riqueza brasileira era sua natureza.

O primeiro desses museus foi o Museu Real, criado em 1818, na cidade do Rio de Janeiro, e que, mais tarde, tornou-se Museu Nacional. Essa instituição reuniu material dos territórios portugueses provenientes de diferentes continentes. Esses objetos ajudaram a compor, no museu, diferentes seções, entre as quais as de: Zoologia, Botânica, Mineral, Belas Artes e objetos relacionados com diversos povos, incluindo-se materiais “selvagens”, provenientes de povos nativos de diferentes continentes e do Brasil (FUNARI, 2002, p. 133-134). Em um primeiro momento, esse museu tentou reproduzir o discurso dos grandes museus europeus numa tentativa de inserir o Brasil no rol das civilizações.

De acordo com Santos (2000, p. 281-283), ao tratar sobre as origens da nação, os articuladores do Império buscaram demonstrar que a origem do Brasil era aquela mesma da Europa. Assim, importantes coleções de antiguidades ou de objetos da família imperial e da nobreza foram incorporadas ao acervo do museu. Todavia, como forma de fortalecer o poder da elite por meio do conhecimento, ao longo do século XIX o Museu Real passou a dedicar-se mais à História Natural e à Antropologia, procurando constituir coleções que abrangessem espécimes brasileiros, além dos de outras partes do mundo.

Outros museus brasileiros constituídos no século XIX e também devotados às Ciências Naturais procuraram formar coleções da América do Sul e, sobretudo, de amostras brasileiras

regionais. Alguns exemplos são: o Museu Paraense, no Pará, criado em 1866, e que mais tarde tornou-se o Museu Paraense Emílio Goeldi; o Museu Paranaense, no Paraná, criado em 1875, e, em São Paulo, o Museu Paulista, criado em 1894.

Sobre o Museu Paulista, seu acervo originário foi proveniente de uma coleção particular, adquirida pelo Estado no ano de 1890. O referido acervo era composto por coleções zoológicas, peças etnográficas, arqueológicas e históricas. Inicialmente pensado como Memorial da Independência, em seus primeiros anos⁸ o Museu Paulista também se dedicou, em menor grau, à História (BREFE, 2003, p. 80-81). Assim, por meio de documentos e objetos, haveria de se formar, neste mencionado museu, um panteão em homenagem a acontecimentos e aos homens que marcaram a História brasileira.

No que diz respeito ao lugar ocupado pelos indígenas, nos museus, é importante destacar que o projeto civilizatório da sociedade brasileira, especialmente a partir da segunda metade do século XIX, foi fortemente influenciado por teorias evolucionistas e racistas⁹. Conforme Koutsoukos (2020, p. 147), tais teorias classificaram e hierarquizaram esqueletos de origens diversas nos museus de História Natural e consideraram os povos indígenas como primitivos e degenerados, questionando, inclusive, a sua humanidade.

De uma maneira geral, no século XIX, esses povos foram tratados como inferiores, devido aos traços fenotípicos, mentais e culturais, expressos, segundo Cunha (1992, p. 136), em duas categorias: os Tupi, considerados indígenas mansos e extintos, (o “bom morto”) ou supostamente assimilados, enraizados no passado pré-colonial, os quais serviram na representação da nacionalidade, na gênese da nação, por meio da mestiçagem e da herança da língua, e os Tapuia/Botocudo, os “índios bravos dos sertões”, os quais precisavam ser “domesticados”, caracterizados como inimigos que atrapalhavam o progresso e que se tornaram objetos de investigação científica¹⁰. Nas palavras de Kok (2018, p. 9),

[...] O que estava em pauta nos debates intelectuais da elite do Brasil era, em

última instância, o consenso quanto à impossibilidade de “ser índio” no Império e a discordância quanto ao modo de seu desaparecimento do cenário nacional. José Bonifácio de Andrada (1763-1838) acreditava que os índios tinham capacidade de se civilizar por meio da assimilação branda, enquanto o historiador Francisco Adolfo de Varnhagen (1816-1878) era favorável à violência, à guerra e ao extermínio [...].

Portanto, os povos indígenas foram incluídos nas narrativas diversas, mas de forma desfavorável, seja pelo extermínio ou por sua assimilação à civilização ou, mais tarde, pelo branqueamento das raças, sempre em nome de uma nacionalidade.

Museus de história local e memórias indígenas: reflexões iniciais

Ao longo deste texto procurei apresentar os museus como lugares de expressão de memórias e de identidades coletivas, além de “agentes estratégicos no cenário de políticas simbólicas dos Estados” (JULIÃO, 2015, p. 3). Partindo para um recorte mais particular, há os espaços museológicos que expressam as histórias locais. O termo “local” associado à história pode referir-se a diferentes sociabilidades e configurações, por exemplo, um lugar político-administrativo (cidade, distrito) ou uma instituição. No campo da História, a história local serve para trazer à luz os processos históricos que ocorrem além dos grandes centros culturais, sociais, políticos e econômicos. No entanto, isso não significa dizer que a história local deva ser compreendida de forma isolada, uma vez que as especificidades locais têm relações diretas e indiretas com outras esferas, como a regional, a nacional e a global (VIANA, 2016, p. 23).

Diferentemente dos museus de caráter nacional, que se apresentam como espaços organizadores de uma suposta totalidade da nação, os museus de história local seriam aqueles em que os processos de memória e de identidade encontrariam o espaço mais aceitável de expansão,

mas ainda com riscos porque tanto as memórias quanto as identidades locais e regionais não são homogêneas e estáticas (MENESES, 1992, p. 214). Aqui eu me refiro, exclusivamente, aos museus cuja categoria institucional seja “museus históricos” ou “museus de história”. Esses museus podem ser de natureza administrativa pública municipal ou estadual, e neles o propósito da exposição de longa duração é apresentar o processo de formação histórica relacionado à cidade onde estão inseridos.

No contexto desses museus de história local, o passado também é manuseado e (re)encenado nas exposições de longa duração. Tais exposições podem ser consideradas formações discursivas, multimodais e multissensoriais, compostas não apenas por objetos, mas também por outros elementos que formam a massa, o tecido que interliga, enfatiza e evidencia as palavras-objetos (GUARNIERI, [1986] 2010, p. 140).

Assim, a escolha dos temas e dos subtemas, a seleção e articulação de objetos museológicos e de recursos expográficos, a concepção do espaço expositivo e da visualidade da exposição, ou seja, toda essa ambiência foi, estrategicamente, preparada para lembrar personagens, acontecimentos, lugares, e para evocar memórias coletivas. A soma de todos esses elementos deve ser vista como uma narrativa única. Dessa forma, analisar tal narrativa implica levantar questões básicas não apenas sobre a estética da exposição – as maneiras de dizer –, mas também sobre poder e representação: De quem é a história apresentada? Para quem se apresenta? (SEMEDO, 2015, p. 4).

Nesse sentido, proponho direcionar as questões até aqui tratadas para um assunto mais específico, procurando responder como a questão indígena é apresentada, por algumas exposições que contam as histórias de formação e de desenvolvimento das cidades, em museus de história local. Nesse caso, a pergunta principal é: Mas, afinal, quais memórias indígenas estão presentes nos museus de história local?

Antes de responder à pergunta central deste artigo, convém lembrar o que o autor José Ribamar Bessa Freire escreveu, em 2016, com o título: *Cinco ideias equivocadas sobre o índio*. Nesse

texto, o autor ressaltou como é importante olhar criticamente para essas cinco mencionadas ideias, erroneamente veiculadas sobre os indígenas – e que ainda são reproduzidas no senso comum –, porque com elas não é possível entender nem a história do Brasil, nem o país na contemporaneidade (FREIRE, 2016, p. 3). São elas:

1. Os indígenas formam uma mesma cultura.
2. Os indígenas são atrasados e primitivos.
3. As culturas indígenas são congeladas e não estão sujeitas a transformações.
4. Os indígenas fazem parte apenas do passado do Brasil.
5. O brasileiro não tem descendência indígena.

Essas ideias ajudam a explicar algumas questões que identifiquei durante a realização de visitas técnicas a exposições instaladas em museus paulistas e paranaenses, entre os anos de 2015 e 2017. Nesse período foram visitadas 57 instituições museológicas, sendo 23 no oeste de São Paulo e 34 no norte do Paraná. Essas regiões foram selecionadas para a pesquisa porque compartilharam processos de ocupação humana e de colonização bastante semelhantes. Primeiramente, populações indígenas pré-históricas e históricas habitaram essas regiões; em seguida, entre o final do século XIX e o início do século XX, a colonização esteve relacionada à expansão da cafeicultura, ou seja, a uma forma capitalista de ocupação e de uso da terra, com a presença de frentes pioneiras de ocupação, de ferrovias, de terras boas para o cultivo do café e de outros produtos, de investimentos da iniciativa privada, de imigração, entre tantas outras “marcas civilizatórias” (LIMA, 2016, p. 120).

Esse processo de colonização impactou enormemente o modo de vida dos povos indígenas que habitavam essas regiões e diminuiu, pela violência e por violações, a demografia dos povos indígenas nelas localizados. Nesse contexto, formaram-se, em São Paulo, alguns municípios como Assis, Marília, Tupã, e Presidente Prudente, tendo também se formado, no Paraná, os municípios de Londrina, Rolândia, e Maringá. É fundamental destacar que, dos 23 museus visitados no oeste do estado de São Paulo, 20 estavam com exposições de

longa duração ativas, e que, no norte do Paraná, dos 34 museus visitados, 27 estavam com exposições de longa duração ativas. Dentro do total (57) desses museus visitados, 30 deles – 13 em São Paulo e 17 no Paraná – eram museus de história local¹¹.

Como instrumento metodológico da investigação, foi aplicado o *Roteiro de análise de museus e de exposições*, pelo qual foi possível realizar registros diversificados, muitos dos quais permitiram análises diversas¹², como a que trago para este artigo. Quando ocorreu essa investigação, observei, por meio do instrumental de registro de dados, que as exposições em museus de história local têm caráter narrativo, estruturado por temas e por subtemas que unificam e integram a história das cidades como unidades específicas, intimamente ligadas à história regional e nacional. A organização e a apresentação de temas e subtemas, são, sobretudo, lineares e evolutivas.

O que se pretende nas exposições é apresentar, cronologicamente, as histórias de colonização das cidades onde se encontram esses museus, destacando o papel de seus fundadores e homenageando também outras personalidades e/ou, imigrantes, que foram importantes para as histórias de constituição e desenvolvimento dos municípios. Os assuntos mais comuns encontrados foram: origem da cidade, política, economia, educação, religião, saúde, artes, comunicação, esportes. Todos esses temas foram organizados e apresentados de forma pacífica e harmônica, sem revelar conflitos nem destacar aspectos negativos.

Em relação à questão indígena, notei, durante as visitas técnicas, situações diferentes nos museus de história local, a saber, encontrei:

1. Museus sem acervos indígenas.
2. Museus com objetos e/ou coleções indígenas, guardados em reservas técnicas, no entanto, não apresentados, regularmente, nos espaços expositivos.
3. Museus em que a referência ao indígena era quase imperceptível porque ocorria apenas por meio de um objeto ou uma fotografia, isolado(a), perdido(a) entre muitos outros objetos e informações históricas.

4. Museus em que a questão indígena estava presente nas exposições de maneira evidente e explícita, por meio de arranjos expositivos compostos por objetos arqueológicos, etnográficos e, em menor número, contemporâneos (arte indígena), acompanhados ou não de recursos expográficos variados (legendas, textos, mapas, fotografias e outros itens). Nesses últimos museus de história local, normalmente, os espaços ocupados por tais arranjos expositivos dedicados à questão indígena eram os espaços físicos iniciais das exposições – ou alguma das antessalas que antecedem os espaços dedicados à história municipal, ou a primeira sala expositiva, sem recorrência desse assunto ao longo da exposição.

Ao visitar as exposições nesses museus, observei aspectos relacionados à concepção museológica (título, tipo de exposição, narrativa, temas, recorte e desenvolvimento conceitual, acervos expostos, entre outros itens) e também à concepção expográfica (forma física e sensorial, principalmente visual: recursos expográficos, mobiliários, vitrines, cores, iluminação, tipos de textos, além de outros), procurando entender o lugar ocupado pela questão indígena no discurso expositivo e de que maneira esse assunto era apresentado (Havia acervos indígenas expostos? Quais eram esses acervos? Qual a procedência? Quais espaços ocupavam na exposição? Como estavam acomodados? Como foram apresentados? Quais recursos expográficos os acompanhavam? Qual a recorrência desse tema no espaço expositivo?).

Nesse sentido, nos espaços físicos iniciais de algumas exposições, identifiquei três questões que merecem atenção e que remetem às ideias de desaparecimento, anterioridade, homogeneidade, primitividade, exotividade e estagnação relacionadas aos povos indígenas brasileiros, apresentadas até aqui.

A primeira questão é que, assim como nos museus nacionais do século XIX, em muitos museus

que contam histórias da formação de cidades ainda prevalece o esforço em apresentar “a origem” articulada ao discurso missionário e civilizador, promovido a partir da chegada dos pioneiros, contribuindo para que a temática indígena seja usada apenas e tão somente na representação do passado pré-histórico, antes da origem da cidade. Portanto, a questão indígena permanece ajudando a construir a anterioridade ao discurso histórico e civilizatório, sendo essa anterioridade constituída por indivíduos exóticos, distantes e a-históricos. Esses “seres da natureza”, que viviam conectados àquele território, não estavam sujeitos às mudanças e às transformações e, por sua vez, não participaram da história da constituição desses municípios. Somente com a chegada dos colonizadores e do progresso foi que isso se tornou possível.

A segunda questão trazida para esta análise foi o fato de que, em algumas situações, objetos arqueológicos, etnográficos e contemporâneos não eram diferenciados entre si. Essas diferentes tipologias apresentavam-se misturadas, no mesmo espaço expositivo em que era tratado o período anterior à ocupação histórica promovida por meio da colonização, e para representar grupos que viviam em conexão com a natureza e com o território, antes da chegada dos pioneiros, desbravadores ou fundadores.

Além disso, um detalhe importante é que esses objetos nem sempre tinham sua procedência indicada e, quando havia essa informação, ela tanto poderia ser da localidade, quanto da região, do estado e, até mesmo, de outros países. Isso significa dizer que o indígena apresentado, em algumas exposições, como conectado àquele território e ligado àquela natureza específica, não necessariamente teria nascido ali, e, talvez, nem houvesse vivido naquele período cronológico tratado na exposição. A representação do indígena era genérica, não diferenciada pela procedência dos objetos, nem pela temporalidade, nem pelas suas características culturais específicas, sem considerar o povo a que se relacionava, como se não existisse um povo, logo, negligenciando a diversidade e favorecendo a generalidade. A percepção, nesses ambientes expositivos, foi a de que todos os

povos indígenas formavam a mesma cultura, independentemente do tempo em que viveram, do lugar em que habitaram e de suas especificidades étnicas.

Uma terceira questão percebida foi o fato de que esses espaços dedicados aos indígenas nas exposições históricas apresentavam informações conflitantes e contraditórias. Em algumas situações, indicava-se que todos os indígenas da região haviam sido mortos e extintos, transmitindo a ideia equivocada de que não havia mais indígenas vivendo na localidade, ou, em outras palavras, os povos indígenas teriam vivido no passado e lá teriam permanecido, como se não houvesse mais indígenas vivos. Em outras situações, ao mesmo tempo em que se fazia referência aos indígenas por meio de objetos, indicava-se, por meio de textos escritos, que o sertão desbravado pelos pioneiros “estava vazio de gente”, transmitindo também a sensação de inexistência ou de desaparecimento “natural” dos povos indígenas.

A esse respeito, lembro-me de um acontecimento ocorrido durante o *Seminário sobre culturas indígenas e patrimônios museológicos no norte do Paraná*, evento realizado em junho de 2016, no Museu Histórico de Londrina (MHL), no qual atuei como organizadora. Esse evento contou com ampla participação de grupos indígenas em todas as atividades propostas, entre as quais, palestras, comunicações e oficinas.

De um modo particular, uma ação não prevista pelos organizadores foi uma intervenção *Kaingang* na exposição de longa duração do MHL, realizada no último dia do evento. Os indígenas que participaram do Seminário, acompanhados pelos líderes de suas comunidades, promoveram uma manifestação no espaço expositivo de longa duração.

Em cerimônia especial, na entrada da exposição, onde se fazia alusão aos povos indígenas da região, alguns desses indígenas, devidamente paramentados e organizados, entraram, entoando cânticos enquanto dançavam. Depois, cobriram o painel de apresentação desse espaço com um pano preto. Isso foi feito porque nesse painel estava escrito; “[...] *essa terra era vazia de gente [...]*”. Sobre

o pano preto os indígenas colaram um cartaz, no qual haviam escrito, em português e em *Kaingang*: “Falaram que aqui era um deserto, mas estamos vivos e estamos aqui”.

Mesmo naquele período em que a questão indígena estava em evidência e em discussão no contexto museológico local, regional e, até mesmo, nacional¹³, os *Kaingang* ali presentes reagiram ao que, na exposição, estava escrito sobre povos indígenas, e agiram no sentido de mudar o conteúdo expositivo¹⁴.

Esses exemplos trazidos a partir das visitas técnicas realizadas mostraram que informações reproduzidas nas exposições de museus históricos ajudam, ainda hoje, a legitimar ideias socialmente arraigadas sobre “o outro”, sobre a “cultura indígena”, colocando-os, sobretudo, em um lugar muito específico no passado. Nos museus históricos, trata-se mais sobre os povos indígenas do passado e menos sobre o passado dos povos indígenas. Ademais, esses discursos sobre os povos indígenas do passado ajudam a validar as ideias de exotividade, atraso, primitividade e selvageria, reforçando estereótipos e preconceitos relacionados a esses grupos. Em museus históricos ainda predominam memórias indígenas que continuam a apresentá-los de uma forma estereotipada, caracterizando-os como: “indígenas genéricos” (homogêneos e estagnados), sem valorização de suas identidades étnicas plurais; “indígenas exóticos”, seres primitivos da natureza, definidos por traços e características culturais bem marcadas e conhecidas; e “indígenas efêmeros” (desaparecidos), que foram exterminados ou assimilados pela sociedade.

Em vista disso, as memórias coletivas que ajudam a constituir as histórias das cidades e que são encontradas em algumas exposições de museus de história local não pertencem aos indígenas, nem são a eles apresentadas. Tais memórias coletivas pertencem, sobretudo, aos descendentes dos fundadores e das famílias de imigrantes que, com muito esforço, dedicação, trabalho e sofrimento, ajudaram a construir essas cidades. Isso nos faz perceber o “abismo” existente entre exposições museais e memórias indígenas nos museus, uma vez

que essas memórias ainda são muito distantes das visões e das expectativas dos próprios indígenas.

A partir da análise de um universo museológico específico, foi possível perceber que as memórias indígenas existentes em museus de história local são sobre os indígenas e não *dos* indígenas. Essa experiência revelou que memórias sobre os indígenas podem não existir nos museus. Outra possibilidade é que podem estar ocultas nas reservas técnicas. Também podem estar quase imperceptíveis nos espaços expositivos. E podem, ainda, estar estrategicamente deslocadas, tanto no tempo quanto no espaço, apenas para sustentar um discurso de uma anterioridade histórica.

Apesar de exemplos muito positivos relacionados à atuação de grupos indígenas em museus brasileiros¹⁵, ainda permanecem ausentes, na maioria dos museus visitados, as memórias históricas que contemplam os povos indígenas, e que são constituídas por seus múltiplos saberes, gestos, cantos, e conhecimentos. As memórias indígenas e seus saberes ancestrais que, localmente, cada grupo indígena produziu e ainda produz, de maneira dinâmica e sempre articulada a seu ambiente e suas relações com outras comunidades culturais, continuam desconhecidas (GALLOIS, 2006, p. 18). Tais comunidades têm o direito de falar sobre suas origens, seu passado e sua ancestralidade em museus de história local.

Assim, precisamos entender essas memórias contadas e esses saberes transmitidos pelos próprios indígenas, os quais deveriam ser considerados e tratados como curadores e interlocutores legítimos nessas exposições, porque compreender, a partir dos museus, a história indígena brasileira, não é compreender “o outro”, mas implica refletir sobre nós mesmos e sobre a sociedade na qual vivemos (FREIRE, 2016, p. 3).

Os museus de história local, conforme afirmou Meneses (1992, p. 39), seriam os lugares em que o conhecimento histórico tem lugar assegurado e, além disso, seriam também os lugares em que os processos identitários teriam mais capacidade de expansão e de discussão (MENESES, 1993, p. 14). Portanto, os museus não deveriam ser usados tão somente como espaços de identidades e memórias

específicas, já escritas e concluídas, tampouco como espaços onde se mostram, separadamente, as histórias dos diversos grupos sociais e suas distintas práticas culturais, mas, sim, como um espaço onde se encontram, ao mesmo tempo, o ontem e o hoje, criando um elo entre o passado e o presente, entre povos diversos e suas culturas.

De modo crítico, reflexivo e colaborativo, os museus deveriam inserir contranarrativas para combater preconceitos e racismos nas histórias que apresentam. Para tanto, é necessário reconhecer que os povos indígenas têm o direito não somente de escrever os discursos históricos que lhes dizem respeito como também de combater e de desconstruir visões estereotipadas sobre suas histórias. É preciso, o quanto antes, construir, coletivamente, oportunidades para que os indígenas sejam, nos museus, os agentes e os curadores de suas próprias memórias.

Considerações finais

Neste texto, procurei apresentar algumas reflexões sobre qual o lugar é ocupado pela questão indígena nas exposições museais. O ponto de partida para o assunto tratado foi uma análise de um dado universo museológico, delimitado regional e temporalmente, isto é, alguns museus visitados, no oeste do estado de São Paulo e no norte do estado do Paraná, entre os anos de 2015 e 2017. A partir de constatações decorrentes dessa experiência, procurei refletir sobre a presença de memórias indígenas em museus, buscando articulá-las ao debate sobre o conceito de memória, tanto nacional quanto local.

A observação da realidade empírica dessas instituições museológicas indicou que as memórias indígenas estavam colocadas (ou não) nas exposições, das seguintes formas:

1. Completamente ausentes.
2. Ocultas nas reservas técnicas.
3. Quase imperceptíveis nos espaços expositivos.
4. Estrategicamente deslocadas apenas para sustentar o discurso de anterioridade histórica.

Quando presentes em alguns desses museus, as memórias sobre os indígenas não os apresentavam como sujeitos históricos, participantes e realizadores de processos históricos, sendo lembradas sobretudo aquelas memórias que os apresentavam como seres homogêneos, exóticos, estagnados e efêmeros.

Em alguns museus visitados, a história que ainda interessa contar é aquela do início da civilização e do progresso e não aquela do passado indígena. Tais reflexões aqui compartilhadas ajudam a pensar em desafios e enfrentamentos iminentes para museus de história local, por exemplo, propor diálogos e ações colaborativas e mais plurais que garantam, aos indígenas, seus espaços de colaboração nessas instituições museológicas, incluindo, em suas atividades, práticas de incorporação de outras narrativas muito além das narrativas hegemônicas e hierarquizantes.

Notas

1 Mais sobre o assunto, consultar: <https://apiboficial.org/marco-temporal/?lang=en>.

2 Os dados reunidos pelo ISA informaram que, “[...] conforme dados do Ministério da Saúde obtidos pela agência Sumaúma, 570 crianças de até cinco anos morreram de doenças evitáveis na TI Yanomami, entre 2019 e 2022, um aumento de 29% em relação a 2015-2018. De acordo com o Ministério dos Povos Indígenas, 99 crianças de um a quatro anos teriam morrido, só em 2022, por causas como desnutrição, pneumonia e diarreia. Cerca de 56% das crianças da área, acompanhadas, tinham um quadro de desnutrição aguda (baixo ou baixíssimo peso para a idade) em 2021, segundo dados da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai) fornecidos à agência Pública. [...] Apenas entre 2020 e 2021, a TI Yanomami registrou mais de 40 mil casos de malária, de acordo com o Sistema de Informações de Vigilância Epidemiológica (Sivep) do Ministério da Saúde. Isso tudo para uma população de cerca de 30 mil pessoas”. Informações retiradas do site <https://www.socioambiental.org/noticias-socioambientais/o-que-voce-precisa-saber-para-entender-crise-na-terra-indigena-yanomami>.

3 Sobre o assunto, consultar: Oliveira, 2010, p. 11-40.

4 As visitas técnicas ocorreram no âmbito de uma pesquisa de pós-doutorado denominada *Os Museus de Arqueologia e a Arqueologia nos Museus: análise de exposições museais no oeste de São Paulo e norte do Paraná*. Essa pesquisa esteve vinculada ao MAE-USP, sob supervisão de Marília Xavier Cury, entre os anos de 2015

e 2020, com o auxílio financeiro da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

5 Nas palavras de Schmidt; Mahfoud (1993, p. 291), “[...] o grupo de referência é um grupo do qual o indivíduo já fez parte e com o qual estabeleceu uma comunidade de pensamentos, identificou-se e confundiu seu passado. O grupo está presente para o indivíduo não necessariamente, ou mesmo fundamentalmente, pela sua presença física, mas pela possibilidade que o indivíduo tem de retomar os modos de pensamento e a experiência comum próprios do grupo. A vitalidade das relações sociais do grupo dá vitalidade às imagens, que constituem a lembrança. Portanto, a lembrança é sempre fruto de um processo coletivo e está sempre inserida num contexto social preciso”.

6 De acordo com Nora (1993, p. 22), “[...] é material por seu conteúdo; funcional por hipóteses, porque garante [...] a cristalização da lembrança e a sua transmissão; mas simbólica por definição, visto que caracteriza, por um acontecimento ou por uma experiência vividos por um pequeno número, uma maioria que deles não participou”.

7 Essa corrente antropológica do século XIX, impulsionada pela teoria da evolução biológica, buscou descobrir leis uniformes de evolução e defendeu que todos os diferentes povos deveriam progredir segundo os mesmos estágios culturais, que seriam sucessivos, únicos e obrigatórios. Tais estágios comporiam a cultura humana, no singular. Mais sobre o assunto, consultar: Castro, 2004.

8 Affonso de Taunay assumiu a direção do Museu Paulista em fevereiro de 1917 e, a partir daí, alterou o perfil e a vocação da instituição para a área da História, com ênfase na história e tradição, paulista e brasileira. Mais sobre o assunto, consultar: Brefe, 2003.

9 Mais sobre o assunto, consultar: Schwarcz, 1993.

10 Nesse contexto, convém lembrar que o tema escolhido para a Primeira Exposição Antropológica Brasileira (1882), que ocorreu no Museu Nacional, sob a gestão de Ladislau Netto, foi o índio, sobretudo os Botocudos. Nesse evento, pretendeu-se expor o que havia de mais próximo aos hominídeos pré-históricos. Ademais, a intenção era amostrar, ao público, o estado “primitivo” desses povos e a importância de a civilização domá-los. Houve esforços para reunir e exibir objetos indígenas, de caráter arqueológico e etnológico, provenientes da própria coleção do Museu, mas também de doações gerais, de doações particulares, de outras províncias. Mais sobre o assunto, consultar: Koutsoukos, 2020, p. 170-193.

11 Os nomes dos museus que contribuíram para as reflexões trazidas para o artigo não serão colocados aqui, uma vez que essa problemática abrange um contexto maior que deve ser tratado no âmbito de políticas públicas voltadas ao setor museológico e cultural, em diferentes esferas governamentais.

12 Mais sobre o assunto, consultar: Lima, 2016, 2020, 2021.

13 No segundo semestre de 2015, o tema escolhido para a 9ª Primavera dos Museus – evento promovido anualmente pelo Instituto Brasileiro de Museus (Ibram) – foi “Museus e memórias indígenas”. Na ocasião, instituições museológicas de várias tipologias (museus históricos, antropológicos, artísticos, arqueológicos), localizadas em todas as regiões do Brasil, realizaram ações e atividades com os objetivos de promover encontros com os patrimônios culturais indígenas, de gerar novas interpretações e visões sobre a diversidade étnica e cultural brasileira, de desconstruir preconceitos, e de construir uma sociedade mais inclusiva e mais democrática.

14 O MHL acolheu a manifestação e refez, entre 2018 e 2019, a ala destinada à memória indígena das etnias *Guarani, Kaingang e Xetá*, contando com a atuação de curadores indígenas e com o financiamento proveniente de recursos públicos municipais.

15 Sobre o assunto, consultar: Cury, 2017, 2019.

Referências

BREFE, Ana Cláudia F. História nacional em São Paulo: o Museu Paulista em 1922. **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**, [S. l.], v. 10, n. 1, 2003. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/anaismp/article/view/5382>. Acesso em: 28 abr. 2023.

CASTRO, Celso (Org.). **Franz Boas: Antropologia Cultural**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

CHAGAS, Mário de S. Memória e Poder: Dois Movimentos. **Cadernos de Sociomuseologia**, v. 19, n. 19, 2002. Disponível em: <https://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/367>. Acesso em: 28 abr. 2023.

CUNHA, Manuela Carneiro da. **Política indigenista no século XIX**. In: CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras; Secretaria Municipal de Cultura; FAPESP, 1992. p. 133-154.

CURY, Marília Xavier. Circuitos museais para a visitação crítica: descolonização e protagonismo indígena. **Revista Iberoamericana de Turismo-RITUR**, Penedo, v. 7, Dossiê Número 3, dez. 2017.

Disponível em: <http://www.seer.ufal.br/index.php/ritur/article/view/4175>. Acesso em: 14 jun. 2023.

CURY, Marília Xavier. Museu e exposição: o exercício comunicacional da colaboração e da descolonização com indígenas. *In: GALÚCIO, Ana Vilacy; PRUDENTE, Ana Lúcia (org.). Museu Goeldi: 150 anos de ciência na Amazônia*, Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2019. p. 316-350. Disponível em: <https://www.museu-goeldi.br/assuntos/publicacao/museu-goeldi-150-anos-de-ciencia-na-amazonia.pdf>. Acesso em: 14 jun. 2023.

FREIRE, José Ribamar Bessa. Cinco ideias equivocadas sobre o índio. *Revista Ensaios e Pesquisa em Educação*, v. 1, n. 2, 2016, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufrrj.br/index.php/repecult/article/view/578/578>. Acesso em: 26 jun. 2023.

FUNARI, Pedro Paulo. Desaparecimento e Emergência dos Grupos Subordinados na Arqueologia Brasileira. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 8, n. 18, p. 131-153, dez. 2002.

GALLOIS, Dominique Tilkin (org.). *Patrimônio Cultural Imaterial e Povos Indígenas*. Exemplos no Amapá e Norte do Pará. Iepé: Macapá, 2006. Disponível em: https://www.institutoiepe.org.br/media/livros/livro_patrimonio_cultural_imaterial_e_povos_indigenas-baixa_resolucao.pdf. Acesso em: 30 abr. 2023.

GUARNIERI, Waldisa Rússio Camargo. Exposição: texto museológico e o contexto cultural. [1986] *In: BRUNO, Maria Cristina Oliveira (org.). Waldisa Rússio Camargo Guarnieri: textos e contextos de uma trajetória profissional*. São Paulo: Pinacoteca do Estado, Secretaria de Estado da Cultura, ICOM, 2010. p. 137-143.

HALBWACHS, M. *A Memória coletiva*. Tradução de Laurent Léon Schaffter. Vértice/Revista dos Tribunais: São Paulo, 1990. Tradução de La mémoire collective.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2006.

JULIÃO, Letícia. Museu, Patrimônio e História: cruzamentos disciplinares. *In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (XVI ENANCIB)*, 7, 2015, p. 1-15. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/188374>. Acesso em: 1 maio 2023.

KOK, Glória. A fabricação da alteridade nos museus da América Latina: representações ameríndias e circulação dos objetos etnográficos do século XIX ao XXI. *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material*, [S. l.], v. 26, 2018. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/anaismp/article/view/140444>. Acesso em: 1 maio 2023.

KOUTSOUKOS, Sandra S. M. *Zoológicos humanos: gente em exibição na era do imperialismo*. Campinas: Unicamp, 2020.

LIMA, Leilane P. de. A arqueologia e o patrimônio arqueológico indígena em exposições museais no Centro-Oeste de São Paulo e Norte do Paraná. *In: CURY, Marília Xavier (org.). Direitos indígenas no Museu: novos procedimentos para uma nova política: a gestão de acervos em discussão*. São Paulo: Secretaria da Cultura: ACAM Portinari: Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, 2016. p. 115-127. Disponível em: <http://www.livrosabertos.sibi.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/book/116>. Acesso em: 26 abr. 2023.

LIMA, Leilane Patricia de. A comunicação em museus e a temática indígena em exposições: questões gerais e desafios atuais. *In: CURY, Marília Xavier (org.). Museus etnográficos e indígenas: aprofundando questões, reformulando ações*. 1. ed. São Paulo: Secretaria de Cultura e Economia Criativa; ACAM Portinari, Museu de Arqueologia e Etnologia, 2020. p. 203-220. Disponível em <https://www.livrosabertos.sibi.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/book/464>. Acesso em: 26 abr. 2023.

LIMA, Leilane Patricia de. A temática indígena em museus: questões sobre a diversidade cultural

- e os desafios para a colaboração indígena. **Revista Museologia & Interdisciplinaridade**, v. 10, 2021. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/museologia/article/view/34527>. Acesso em: 26 abr. 2023.
- MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. A História, Cativa da Memória? Para um Mapeamento da Memória no Campo das Ciências Sociais. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, [S. l.], n. 34, 1992. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rieb/article/view/70497>. Acesso em: 5 maio 2023.
- MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. A problemática da identidade cultural nos museus: de objetivo (de ação) a objeto (de conhecimento). **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**, [S. l.], v. 1, n. 1, 1993. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/anaismp/article/view/5282>. Acesso em: 5 maio 2023.
- MONTEIRO, John Manuel. **Tupis, Tapuias e historiadores**. Estudos de história indígena e do indigenismo. 2001. 233 f. Tese (Livres Docência em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação Antropologia Social, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.
- NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.
- NORA, Pierre. Memória: da liberdade à tirania. Tradução de Claudia Storino. **Musas – Revista Brasileira de Museus e Museologia**. Rio de Janeiro, n. 4, p. 6-10, 2009.
- OLIVEIRA, João Pacheco de. O nascimento do Brasil: revisão de um paradigma historiográfico. **Anuário Antropológico**, [S. l.], v. 35, n. 1, 2010. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/anuarioantropologico/article/view/7021>. Acesso em: 6 maio 2023.
- POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.
- POLLAK, M. Memória e identidade social. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.
- ROSSE, Eduardo, TUGNY, Rosângela de, BELISÁRIO, Bernard. Memórias territórios. In: TUGNY, Rosângela de; BELISÁRIO, Bernard (org.). **Poéticas ameríndias [recurso eletrônico]: memórias territórios**. Belo Horizonte: Escola de Música da UFMG, 2023. p. 9-17.
- SANTOS, Myriam Sepúlveda. Os museus brasileiros e a constituição do imaginário nacional. **Revista Sociedade e Estado**, v. 15, n. 2, p. 271-302, 2000.
- SCHMIDT, Maria Luisa Sandoval; MAHFOUD, Miguel. **Halbwachs: memória coletiva e experiência**. **Psicol. USP** [online], v. 4, n. 1/2, 1993. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1678-51771993000100013&script=sci_abstract. Acesso em: 22 abr. 2023.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- SEMEDO, Alice. Representações e identidade em exposições de museus. In: MOLINA PUCHE, Sebastián; CUENCA LÓPEZ, José María (Coord Monográfico). **Enseñanza de la historia y formación de identidades colectivas**, Clío. Saragoza: Asociación Proyecto Clío. Nº 41, 2015, p.1-26.
- VIANA, José Ítalo Bezerra. **História Local**. 1. ed. Sobral: INTA - Instituto Superior de Teologia Aplicada, 2016. Disponível em: <https://md.uninta.edu.br/geral/historia-local/pdf/HIST%C3%93RIA%20LOCAL.pdf>. Acesso em: 5 maio 2023.
- VIEIRA, Guilherme Lopes. O museu como lugar de memória: o conceito em uma perspectiva histórica. **Mosaico**, v. 8, n. 12, 2017. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/mosaico/article/view/65900>. Acesso em: 5 maio 2023.